



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025 PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 028/2025

O MUNICÍPIO de Ibimirim/PE, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria anexada aos autos, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar a licitação para contratação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **menor preço por item**, modo de disputa: aberto, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 07/07/2025;
- 1.2. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 18/07/2025;
- 1.3. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:01 horas do dia 18/07/2025;
- 1.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 18/07/2025;
- 1.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF);
- 1.6. LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br.
- 1.7. Dúvidas quanto à utilização da plataforma BNC: contato@bnc.org.br / (42) 3026.4550.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é o **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos para o programa remédio em casa, farmácia básica e medicamentos controlados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE.**
- 2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2025.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de Procuração por instrumento público ou particular, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operação no “BNC”;
- 4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
 - 4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no BNC - BANCO NACIONAL DE COMPRAS - <https://bnc.org.br/>
- 5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3. **Não poderão disputar licitação:**



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

- 5.3.1 Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.3.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.3.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 5.3.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.3.5 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 5.3.6 agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. O impedimento de que trata o item 5.3.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.5. A vedação de que trata o item 5.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 5.1 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitados no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos.
- 5.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao sistema da "Bolsa Nacional de Compras" (<http://bnc.org.br/>), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibimirim, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 5.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.6 Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 5.7 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.7.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.7.2 nos itens onde a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.7.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 5.7.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

5.7.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através da BNC – Bolsa Nacional de Compras pelos telefones: (42) 3026.4550, Whatsapp (42) 3026.4550 ou através do e-mail **contato@bnc.org.br**.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações e especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, a marca, prazo de validade ou de garantia;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.**

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

8.22 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu último envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.1. Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a” e “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

10.1.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.4. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.1.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.1.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, acompanhada da declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme determina o inciso IV do artigo 12 da Lei 14.133/2021.

10.1.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.1.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

10.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1.12. É dever de o licitante encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a documentação solicitada neste Edital devidamente atualizada.

10.1.13. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, § 3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.3. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

10.3.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.3.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.3.2. As microempresa ou empresa de pequeno porte, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.3.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.3.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.3.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.3.6. O licitante provisoriamente vencedor do item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.3.7. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menor valor cuja retirada seja suficiente para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.3.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.4.1 No caso de empresário individual:

a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:

a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

10.4.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.4.5 No caso de sociedade simples:

a) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.4.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

a) Decreto de autorização;

10.4.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.8 **Certificado do Registro do Produto**, expedido pelo Ministério da Saúde/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária– ANVISA, devidamente válido, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**. No caso do Registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentado o respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º, do Decreto Federal nº 8.077/2013.

10.4.9 **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pelo órgão sanitário do Município ou Estado onde for domiciliada a licitante, devidamente válido, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**;



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

10.4.10 **Autorização de Funcionamento (AFE)** da licitante, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, devidamente válida, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**. No caso da Autorização encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a respectiva Autorização de Funcionamento em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido na RDC nº 16, de 1 de abril de 2014.

10.5 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
10.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.5.7 Caso o licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **INCLUSIVE**, processos eletrônicos (PJ-e) de 1º e 2º graus; com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta dias) anteriores a data da realização da licitação, prevista no subitem 1.3 deste Edital, caso o documento não consigne prazo de validade.

10.6.1.1 Nas comarcas onde não houver Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), o licitante deverá apresentar declaração comprobatória expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sob pena de Inabilitação.

10.6.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (**2023/2024**), como determina o inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.6.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.6.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.6.2.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.6.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

10.6.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente).

10.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.7.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha prestado serviço em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência. Serão considerados compatíveis com a quantidade os atestados que apresentar no mínimo 30% (trinta por cento) dos serviços licitados, com identificação da empresa ou órgão fornecedor, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e assinados por quem tenha competência para expedir-los.

10.3.2. Na análise da documentação técnica, na condição de demandante e especializada na contratação, o setor demandante poderá ser consultado e emitir parecer técnico a partir do recebimento da solicitação.

10.3.3. O licitante melhor classificado na etapa de lances **DEVERÁ** apresentar os seguintes documentos acostado a proposta reajustada, no prazo de 03 (três) horas, para os itens conforme constata na tabela anexa no TR (**PARA OS INTENS COMUM de acordo com o decreto nº 79.094, de 05/01/77 estão citados de 1 a 103 e 158 a 165 e 167 a 184. Já os medicamentos controlados de acordo com Lei federal nº 6.360, de 26/09/76 do item 104 a 157 e o item 166.**)

10.3.4. Certificado de Registro do Medicamentos ou Produto, emitidos pelo Ministério da Saúde ou sua Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme (Lei Federal nº 6.360, de 26/09/76, regulamentada pelo decreto 79.094, de 05/01/77), válida na data do certame;

10.3.5. Para os Produtos isentos de Registro no Ministério da Saúde, apresentar o Certificado de Isenção de Registro também emitido pelo ANVISA/MS ou Certificado de Cadastro na ANVISA/MS, conforme o caso (Lei Federal nº 6.360, de 26/09/76, regulamentada pelo decreto 79.094, de 05/01/77), com prazo de validade em vigor;

10.3.6. O Registro no Ministério da Saúde - MS/ANVISA poderá ser comprovado, também, através de cópias da publicação completa no Diário Oficial da União (D.O.U), com despacho da concessão do registro referente ao produto ofertado, ou declaração de dispensa emitido pela ANVISA/MS.

10.3.7. Em caso de registro (s) que eventualmente esteja (m) vencido (s), o licitante deverá apresentar cópia do Certificado de Registro acompanhado do Protocolo de Renovação de Registros dos Produtos.

10.3.8. **Certificado de Regularidade Técnica**, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, do local onde se situa a sede da empresa e vigente na data do certame.

10.3.9. **Licença ou Alvará de Funcionamento Sanitário** – Estadual ou Municipal, válido na data marcada para a abertura do processo, fornecida pela Vigilância Sanitária do local onde se situa a sede da empresa.

10.3.10. **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE)**, da empresa participante da licitação, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde. Comprovado por cópia autenticada da AFE ou cópia autenticada de sua publicação no D.O.U.

10.3.11. **Autorização Especial (AE)**, para os casos de produtos que constam da Portaria 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, o licitante do produto de controle especial (psicofarmos, teratogênicos autorizados, retinóicos, entre outros) deve apresentar cópia autenticada da Autorização Especial (AE) concedida pela ANVISA. Conforme a Portaria sobredita ou cópia autenticada de sua publicação no D.O.U.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

- 11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.
- 11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerá o menor valor.
- 11.4. A oferta deverá ser firme, precisa, limitada e rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

- 12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.1.1 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 O objeto da licitação será ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibirimir - PE - CEP: 56-580-000

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DO FISCAL DO CONTRATO

18.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas constantes no instrumento contratual pactuado;

18.2 Acompanhar e fiscalizar as condições de execução do contrato de modo a fomentar seu cumprimento na estrita legalidade;

18.3 Registrar todas as ocorrências qualitativas e/ou quantitativas, informando ao Gestor do contrato sobre infrações e/ou discrepâncias que necessitem de ajustes no pacto para tomada de providências, quando o objeto não for cumprido ou não suprir a necessidade tendo como diapasão o Termo de Referência;

18.4 Efetuar a validação do módulo, notificando a contratada sobre possíveis inconsistências;

18.5 Avaliar os resultados/objetos entregues;

18.6 Atestar a Nota Fiscal e o relatório de prestação dos serviços (quantidade, modalidade de recebimento dos documentos, tarifas dos serviços e demais informações que se fizerem necessárias);

18.7 Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais;

18.8 Receber e examinar as críticas, sugestões e reclamações dos usuários;

18.9 Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização, levando ao conhecimento do poder público as irregularidades de que tenham conhecimento referentes ao serviço prestado;

18.10 Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

18.11 Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

18.12 Acompanhar a evolução e tendência das demandas pelos serviços regulados, controlados e fiscalizados nas áreas delegadas a terceiros, públicos ou privados, visando identificar e antecipar necessidades de investimentos para expansão;

18.13 Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

18.14 **Fiscal do Contrato NOME: JOÃO VICTOR G. L. CORDEIRO – CPF: 136.347.096-50, MAT. 230828, JADER DIEGO RAMALHO MAGALHÃES, CPF: 044.710.124-28, MAT. 2335.**

19. DO GESTOR DO CONTRATO

19.1 Efetuar no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o fechamento da competência a validação do relatório mensal resultante da prestação dos serviços;

19.2 Controlar administrativamente os aspectos orçamentários e financeiros inerentes à execução contratual no intuito de que haja seu desdobramento de forma regular;

19.3 Atestar a Nota de Empenho;

19.4 Verificar as regularidades fiscais (Federal, Estadual e Municipal) e trabalhista da contratada;

19.5 Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e prazos, submetendo-os à autoridade competente;

19.6 Propor à autoridade competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato;

19.7 Administrar o processo de aplicação de penalidades regulamentares no edital do processo licitatório e pactuadas no contrato;

19.8 Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse da renovação e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;

19.9 Executar Justificativa Técnica e Estudo de Compatibilidade do Preço que ensejarão os ajustes e/ou renovação do contrato;

19.10 Informar à área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de modo promover acréscimos, supressões e/ou outras alterações no objeto do contrato.

19.11 **Gestor do Contrato NOME: WANDYLAN JHONNATHAS DO NASCIMENTO MONTEIRO, CPF 11671307402 – MAT. 230692**

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.



21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

22. DO PAGAMENTO

22.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 As sanções administrativas estão estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do deste Edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sítio eletrônico www.bnc.org.br em campo próprio.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados através do sítio eletrônico www.bnc.org.br em campo próprio em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

25.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

25.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

25.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

25.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

25.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, mesmo endereço e período no qual os autos do processo licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.12.1 Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

26.12.2 Anexo II – Termo de Referência e Anexos;

26.12.3 Anexo III – Modelo de Declaração de que não emprega menor;

26.12.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, de inexistência de inidoneidade, de vínculos empregatícios, inexistência de fatos impeditivos para habilitação, de reserva de cargos para pessoa com deficiência, que cumpre os Direitos Trabalhistas e declaração de enquadramento de ME/EPP na Lei 14.133/2021;

26.12.5 Anexo V – Minuta de Contrato;

26.12.6 Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ibimirim, 04 de julho de 2025.

Wellitânia de Melo Siqueira
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando a necessidade de viabilizar a política e as ações da assistência farmacêutica, no âmbito municipal, a qual é entendida como um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e seu uso racional.

Diante da necessidade de garantirmos os meios legais de efetuar as aquisições dos medicamentos de forma mais eficiente e oportuna para atender a população do município, tanto os medicamentos de uso contínuo, quanto os de uso regular.

A contratação ora pretendida tem por objetivo a aquisição, periódica, de forma parcelada, de medicamentos destinados ao tratamento médico para os munícipes, para guarnecer a farmácia básica do município de Ibimirim.

Para tanto, são necessárias à reposição e a renovação do estoque dos medicamentos utilizados nos atendimentos. O fornecimento de medicamentos segue um fluxo anual, por meio de elaboração de Termo de Referência, e a previsão de consumo é baseada em uma média do consumo dos anos anteriores. A solicitação de compra anual é realizada especialmente pela questão do prazo de validade dos medicamentos, que dificilmente ultrapassa 18 meses. Dessa maneira, a previsão de compra anual supre a demanda do programa remédio em casa e da farmácia básica e garante que os materiais adquiridos serão consumidos em seu prazo de validade.

A quantidade prevista no Anexo I está de acordo com a demanda habitual da Secretaria de Saúde, e decorrem da análise dos contratos anteriores e de planilhas de consumo anual elaboradas pela Secretaria para o fornecimento de dos medicamentos.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O requisito básico para Contratação da Empresa que prestará o fornecimento, é que ela seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os medicamentos em questão, conforme descrição no Anexo I. Essa qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de tais medicamentos.

É importante que a empresa tenha a prática de adotar hábitos sustentáveis, preservando o meio ambiente, como por exemplo, evitar desperdício de água, energia, evitar materiais não biodegradáveis.

Para aceitação de determinados itens dessa solução, o licitante fabricante e/ou fornecedor deverá apresentar:

- a) **Certificado do Registro do Produto**, expedido pelo Ministério da Saúde/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária– ANVISA, devidamente válido, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**. No caso do Registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentado o respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º, do Decreto Federal nº 8.077/2013.

b) **Alvará de Licença Sanitária**, expedido pelo órgão sanitário do Município ou Estado onde for domiciliada a licitante, devidamente válido, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**;

c) **Autorização de Funcionamento (AFE)** da licitante, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, devidamente válida, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada RDC da Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, **quando aplicável**. No caso da Autorização encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a respectiva Autorização de Funcionamento em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido na RDC nº 16, de 1 de abril de 2014.

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Portanto, para fins de orçamento e análise de vantajosidade da solução, foram realizadas pesquisas no Banco de Preços, junto aos fornecedores, contratações similares de outros entes públicos, bem como pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. Assim como, realizaram análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Garantir o atendimento dos pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibimirim. Quando do recebimento dos medicamentos, deverão ser feitas, entre outras, as conferências de quantidade, qualidade e data de validade, conforme as orientações do fabricante.

Tal solução é a única que existe, pois tais insumos são imprescindíveis e inerentes a qualquer atendimento clínico, e a Secretaria Municipal de Saúde não possui outra maneira de adquiri-los que não seja por meio de licitação e compra, a existência de um fundo específico para a aquisição de medicamentos é um passo positivo, pois assegura a destinação de recursos para essa finalidade. No entanto, é crucial que a manutenção das práticas de assistência farmacêutica seja constantemente monitorada e aprimorada. A destinação adequada desses recursos é vital para evitar problemas na gestão da saúde, como a falta de medicamentos e a má distribuição (deficiente).

O orçamento a que se destina à aquisição suficientes para a compra de medicamentos essenciais, evitando assim a precarização da assistência farmacêutica. A utilização assistência farmacêutica se torna a única alternativa viável para garantir a continuidade do tratamento da população, uma vez que a falta de medicamentos poderia comprometer não apenas a saúde individual dos pacientes, mas também a saúde pública em geral. Assim, a aquisição de medicamentos se justifica pela urgência de atender à demanda da população, respaldada pela estrutura já existente que destina recursos para essa finalidade. A combinação do uso do fundo específico e do levantamento de mercado não só garante a transparência e eficiência do processo de aquisição, mas também alinha-se aos princípios da boa administração pública. Diante desse cenário, fica evidente que a aquisição de medicamentos por meio de licitação é a única opção viável e necessária para assegurar uma assistência farmacêutica adequada.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução mais adequada nesse caso é a aquisição dos medicamentos, tendo em vista que não há outra maneira de solucionar a compra de tais produtos a não ser por meio da aquisição por licitação.

Diante da necessidade de aquisição de medicamentos para o ano, buscou-se utilizar a centralização de contratação de materiais de consumo de mesma natureza e de demandas de setores solicitantes. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo,



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

redução de tempo e de retrabalho, ganho de escala, em virtude do volume, e tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos fornecedores.

Os medicamentos a serem adquiridos enquadram-se como bem comum, nos termos do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de licitação por Pregão Eletrônico, de acordo com o artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021 e julgamento por Menor Preço. Os medicamentos deverão ser entregues com validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido pelo fabricante na embalagem do produto ou em documento fornecido pelo mesmo quando, numa excepcionalidade, a embalagem não constar tal informação. Isso somente se aplica caso o material ofertado tenha prazo de validade determinado pelo fabricante.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para aquisição de medicamentos basearam-se nas solicitações de compras elaboradas pela secretaria requisitante, conforme metodologias informadas nos Documentos de Formalização da Demanda. Elas foram previamente autorizadas pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, sendo encaminhada ao setor competente para prosseguimento do processo de compra. Os quantitativos dos itens encontram-se consolidados no **Anexo I** deste ETP.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Valor R\$ 2.268.626,40 (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Considerando os orçamentos realizados pelos requisitantes, a metodologia de cálculo utilizada pelo Setor de Cotações de Preços para obtenção do valor de referência foi a média aritmética simples dos valores unitários apresentados nos itens desta solução. Os requisitantes realizaram análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme informado nos Documentos de Formalização da Pesquisa de Preços.

Os valores unitários estimados encontram-se consolidados no **Anexo II** deste ETP.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no tocante à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se adquirir os itens descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades das unidades requisitantes da Secretaria Municipal de Saúde. Ademais pretende-se atender à população de maneira célere e a contento. Busca-se com a



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

contratação bons preços e economicidade para dessa maneira, a Administração conseguir economizar, tornando a contratação efetiva para o município.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir de acordo com esta solução, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário, tão somente, que a licitante contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 4 deste ETP. No que diz respeito às obrigações do requisitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaramos viável a contratação.

13 - JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE ESTA CONTRATAÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução para aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica e Secretaria Municipal de Saúde do município de Ibimirim, mostra-se viável tecnicamente e necessária.

Os medicamentos a serem adquiridos são enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço. Assim, com o estímulo à ampla concorrência dos licitantes, a contratação será dividida em itens unitários.

Ibimirim, 27 de maio de 2025.

Wellitânia de Melo Siqueira
Secretária Municipal de Saúde



1938

IBIMIRIM



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é o **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos para o programa remédio em casa, farmácia básica e medicamentos controlados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE**, em quantidades estimadas, conforme descrito nesse termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade de garantir as realizações de aquisições dos medicamentos, indicados no objeto desse processo para atender as demandas advindas das unidades de saúde e usuários atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS na Rede Municipal de Saúde do Município de Ibimirim. Considerando a necessidade de viabilizar a Política e as ações da Assistência Farmacêutica como também o programa remédio em casa no âmbito municipal, a qual é entendida como um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e seu uso racional. Considerando prerrogativa de garantir aos usuários o acesso universal e igualitário à assistência terapêutica integral, nos termos do art. 28 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Considerando a Portaria GM/MS nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos. Considerando a Resolução nº 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Considerando a Portaria GM/MS nº 2.001 de 03 de agosto de 2018, a qual altera a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e define o Elenco de Referência Nacional de Medicamentos e Insumos Complementares para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e considerando a Portaria GM/MS nº 1.554 de 30 de julho de 2013, regulamenta e aprova, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica como parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, integrante do Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica.

3. Diante do exposto e da necessidade de garantirmos os meios legais de efetuar as aquisições desses medicamentos de forma mais eficiente e oportuna. A administração municipal opta pela modalidade de registro de preço como forma de viabilizar aquisições mais eficientes e oportunas de forma parceladas de acordo com a demanda, perfil epidemiológico da saúde da população e recursos financeiros. A opção pelo Sistema de Registro de Preços está embasada juridicamente no Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

4. Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5. PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

5.1 Dos valores máximos estimados POR ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Ácido acetilsalicílico 100mg	Comp	300.000	R\$ 0,05	R\$ 15.000,00
2	Ácido fólico 5mg	Comp	90.000	R\$ 0,05	R\$ 4.500,00
3	Aciclovir 200mg	Comp	3.000	R\$ 0,26	R\$ 780,00
4	Aciclovir 50mg/g creme 10g	Bisnaga	500	R\$ 3,08	R\$ 1.540,00
5	Albendazol 400mg comprimido mastigável	Comp	3.000	R\$ 0,48	R\$ 1.440,00
6	Albendazol suspensão oral 40mg/mL 10mL	Frasco	3.000	R\$ 1,53	R\$ 4.590,00
7	Alendronato de sódio 70mg	Comp	1.200	R\$ 0,34	R\$ 408,00
8	Ambroxol 15mg/mL xarope 100mL	Frasco	8.000	R\$ 2,57	R\$ 20.560,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

9	Ambroxol 30 mg/mL xarope 100mL	Frasco	8.000	R\$ 3,08	R\$ 24.640,00
10	Amoxicilina 500mg	Comp	31.500	R\$ 0,38	R\$ 11.970,00
11	Amoxicilina pó para suspensão oral 50 mg/ml 150mL	Frasco	5.000	R\$ 6,27	R\$ 31.350,00
12	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50mg + 12,5 mg/mL 60mL	Frasco	200	R\$ 22,02	R\$ 4.404,00
13	Ampicilina 500mg	Comp	1.000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
14	Anlodipino 5mg	Comp	110.000	R\$ 0,06	R\$ 6.600,00
15	Anlodipino 10mg	Comp	200.000	R\$ 0,08	R\$ 16.000,00
16	Alopurinol 100mg	Comp	3.000	R\$ 0,20	R\$ 600,00
17	Amiodarona 200mg	Comp	2400	R\$ 0,41	R\$ 984,00
18	Atenolol 25mg	Comp	70.000	R\$ 0,06	R\$ 4.200,00
19	Atenolol 50mg	Comp	70.000	R\$ 0,07	R\$ 4.900,00
20	Atenolol 100mg	Comp	18.000	R\$ 0,17	R\$ 3.060,00
21	Azitromicina 500mg	Comp	12.000	R\$ 1,11	R\$ 13.320,00
22	Azitromicina pó para susp. oral 40mg/mL 22,4mL	Frasco	2.000	R\$ 8,46	R\$ 16.920,00
23	Benzoilmetronidazol susp. oral 40mg/mL 100mL	Frasco	1.200	R\$ 7,58	R\$ 9.096,00
24	Benzoato de benzila 250mg/mL emulsão tópica 60mL	Frasco	1.000	R\$ 5,84	R\$ 5.840,00
25	Captopril 25mg	Comp	200.000	R\$ 0,07	R\$ 14.000,00
26	Carvedilol 3,125mg	Comp	10.000	R\$ 0,11	R\$ 1.100,00
27	Carvedilol 6,25mg	Comp	10.000	R\$ 0,11	R\$ 1.100,00
28	Carvedilol 12,5mg	Comp	30.000	R\$ 0,13	R\$ 3.900,00
29	Carvedilol 25mg	Comp	20.000	R\$ 0,18	R\$ 3.600,00
30	Cefalexina 500mg	Comp	30.000	R\$ 0,98	R\$ 29.400,00
31	Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/5mL 60mL	Frasco	5.000	R\$ 11,46	R\$ 57.300,00
32	Cetoconazol 20mg/g creme 30g	Bisnaga	600	R\$ 4,37	R\$ 2.622,00
33	Ciprofloxacino 500mg	Comp	18.000	R\$ 0,30	R\$ 5.400,00
34	Dexametasona 0,1% creme 10g	Bisnaga	7.000	R\$ 2,14	R\$ 14.980,00
35	Dexametasona 0,1g/mL elixir 100mL	Frasco	8.000	R\$ 2,66	R\$ 21.280,00
36	Dexclorfeniramina 2mg	Comp	4.000	R\$ 0,07	R\$ 280,00
37	Dexclorfeniramina 0,4mg/mL solução oral 100mL	Frasco	5.000	R\$ 2,30	R\$ 11.500,00
38	Digoxina 0,25mg	Comp	10.000	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
39	Diclofenaco de potássio 50mg	Comp	30.000	R\$ 0,10	R\$ 3.000,00
40	Dipirona 500mg	Comp	100.000	R\$ 0,16	R\$ 16.000,00
41	Dipirona 500 mg/mL solução oral 10mL	Frasco	40.000	R\$ 1,96	R\$ 78.400,00
42	Enalapril 5mg	Comp	60.000	R\$ 0,07	R\$ 4.200,00
43	Enalapril 10mg	Comp	100.000	R\$ 0,06	R\$ 6.000,00
44	Enalapril 20mg	Comp	140.000	R\$ 0,07	R\$ 9.800,00
45	Espironolactona 100	Comp	4.000	R\$ 0,69	R\$ 2.760,00
46	Espironolactona 25mg	Comp	100.000	R\$ 0,22	R\$ 22.000,00
47	Espironolactona 50mg	Comp	10.000	R\$ 0,40	R\$ 4.000,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

48	Etinilestradiol 0,03mg + levonorgestrel 0,15mg	Comp	30.000	R\$ 0,12	R\$ 3.600,00
49	Enantato de noretisterona + valerato de estradiol 50+5mg/1mL	Ampola	800	R\$ 11,78	R\$ 9.424,00
50	Escopolamina, butilbrometo + dipirona sódica 6,67mg + 333mg/mL solução oral 20mL	Frasco	2.000	R\$ 6,46	R\$ 12.920,00
51	Fluconazol 150mg	Cáps	6.000	R\$ 0,55	R\$ 3.300,00
52	Furosemida 40mg	Comp	150.000	R\$ 0,06	R\$ 9.000,00
53	Glibenclamida 5mg	Comp	400.000	R\$ 0,06	R\$ 24.000,00
54	Hidroclorotiazida 25mg	Comp	350.000	R\$ 0,04	R\$ 14.000,00
55	Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL susp. oral frasco 100mL	Frasco	3.000	R\$ 3,26	R\$ 9.780,00
56	Ibuprofeno 600mg	Comp	70.000	R\$ 0,26	R\$ 18.200,00
57	Ibuprofeno 50mg/mL suspensão oral frasco 30mL	Frasco	8.000	R\$ 2,94	R\$ 23.520,00
58	Losartana 50mg	Comp	800.000	R\$ 0,08	R\$ 64.000,00
59	Loratadina 10mg	Comp	4.000	R\$ 0,10	R\$ 400,00
60	Loratadina 1mg/mL xarope frasco 100mL	Frasco	4.000	R\$ 3,61	R\$ 14.440,00
61	Mebendazol 100mg	Comp	4.000	R\$ 0,30	R\$ 1.200,00
62	Mebendazol 20mg/mL suspensão oral frasco 30mL	Frasco	2.000	R\$ 2,12	R\$ 4.240,00
63	Metformina 500mg	Comp	250.000	R\$ 0,18	R\$ 45.000,00
64	Metformina 850mg (COTA RESERVADA PARA AMPLA CONCORRÊNCIA)	Comp	600.000	R\$ 0,18	R\$ 108.000,00
65	Metformina 850mg (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	Comp	200.000	R\$ 0,18	R\$ 36.000,00
66	Metildopa 250 mg	Comp	10.000	R\$ 0,52	R\$ 5.200,00
67	Metildopa 500mg	Comp	5.000	R\$ 1,15	R\$ 5.750,00
68	Metoclopramida 10mg	Comp	3.000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
69	Metoclopramida 4mg/mL solução oral frasco 20mL	Frasco	2.500	R\$ 2,20	R\$ 5.500,00
70	Metronidazol 250mg	Comp	8.000	R\$ 0,21	R\$ 1.680,00
71	Metronidazol 400mg	Comp	10.000	R\$ 0,30	R\$ 3.000,00
72	Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50g com aplicador	Bisnaga	7.000	R\$ 6,30	R\$ 44.100,00
73	Medroxiprogesterona 150mg/mL susp. injetável 1ml	Ampola	100	R\$ 10,32	R\$ 1.032,00
74	Miconazol 20mg/g creme vaginal 80g	Bisnaga	7.000	R\$ 7,98	R\$ 55.860,00
75	Neomicina 5mg + bacitracina 250UI/g pomada 15g	Bisnaga	7.000	R\$ 2,69	R\$ 18.830,00
76	Nistatina 25.000 UI/G creme vaginal 60g	Bisnaga	7.000	R\$ 7,10	R\$ 49.700,00
77	Nistatina 100.000 UI/mL suspensão oral frasco 50mL	Frasco	3.000	R\$ 6,05	R\$ 18.150,00
78	Nimesulida 100mg	Comp	10.000	R\$ 0,11	R\$ 1.100,00
79	Nitrofurantoína 100mg	Comp	5.000	R\$ 0,29	R\$ 1.450,00
80	Nifedipino 20mg	Comp	3.500	R\$ 0,14	R\$ 490,00
81	Noretisterona 0,35 mg	Comp	15.000	R\$ 0,22	R\$ 3.300,00
82	Omeprazol 20 mg	Comp	80.000	R\$ 0,09	R\$ 7.200,00
83	Óleo Mineral 100% frasco 100mL	Frasco	1.200	R\$ 3,23	R\$ 3.876,00
84	Paracetamol 200mg/mL solução oral frasco 10mL	Frasco	12.000	R\$ 1,79	R\$ 21.480,00
85	Paracetamol 500mg	Comp	120.000	R\$ 0,10	R\$ 12.000,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

86	Prednisolona 1mg/mL solução oral frasco 100mL	Frasco	500	R\$ 8,08	R\$ 4.040,00
87	Prednisona 5mg	Comp	3.000	R\$ 0,08	R\$ 240,00
88	Prednisona 20mg	Comp	8.000	R\$ 0,23	R\$ 1.840,00
89	Propranolol 40mg	Comp	90.000	R\$ 0,09	R\$ 8.100,00
90	Polivitamínico do complexo B solução oral frasco 100mL	Frasco	5.000	R\$ 3,01	R\$ 15.050,00
91	Sais para reidratação oral sachê 27,9g	Sachê	4.000	R\$ 1,18	R\$ 4.720,00
92	Salbutamol 2,4mg/5mL xarope frasco 120mL	Frasco	600	R\$ 2,29	R\$ 1.374,00
93	Sinvastatina 20mg	Comp	80.000	R\$ 0,12	R\$ 9.600,00
94	Sinvastatina 40mg	Comp	100.000	R\$ 0,15	R\$ 15.000,00
95	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg	Comp	20.000	R\$ 0,20	R\$ 4.000,00
96	Sulfametoxazol + trimetoprima Suspensão oral 40mg + 8mg/mL frasco 100mL	Frasco	4.000	R\$ 5,47	R\$ 21.880,00
97	Sulfato ferroso 40mg	Comp	100.000	R\$ 0,07	R\$ 7.000,00
98	Sulfato ferroso 5mg/mL xarope frasco 60mL	Frasco	1.000	R\$ 3,26	R\$ 3.260,00
99	Sulfato ferroso 25 g/mL solução oral frasco 30mL	Frasco	1.000	R\$ 1,43	R\$ 1.430,00
100	Simeticona 40mg	Comp	10.000	R\$ 0,12	R\$ 1.200,00
101	Simeticona 75mg/mL emulsão oral 10mL	Frasco	1.500	R\$ 2,14	R\$ 3.210,00
102	Timolol 0,5% solução oftálmica frasco 10mL	Frasco	100	R\$ 3,17	R\$ 317,00
103	Vitamina C (ácido ascórbico) 500mg	Comp	20.000	R\$ 0,18	R\$ 3.600,00
104	Vitamina C (ácido ascórbico) 200mg/mL solução oral frasco 20mL	Frasco	4.000	R\$ 1,64	R\$ 6.560,00
105	Ácido valproico 250mg	Cáps	34.000	R\$ 0,38	R\$ 12.920,00
106	Ácido valproico 500mg	Comp	25.000	R\$ 0,63	R\$ 15.750,00
107	Amitriptilina 25mg	Comp	120.000	R\$ 0,07	R\$ 8.400,00
108	Ácido valproico 50mg/mL xarope frasco 100mL	Frasco	600	R\$ 7,59	R\$ 4.554,00
109	Alprazolam 0,5mg	Comp	40.000	R\$ 0,09	R\$ 3.600,00
110	Alprazolam 1mg	Comp	35.000	R\$ 0,09	R\$ 3.150,00
111	Alprazolam 2mg	Comp	55.000	R\$ 0,23	R\$ 12.650,00
112	Amantadina 100mg	Comp	7.000	R\$ 1,08	R\$ 7.560,00
113	Bromazepam 3mg	Comp	15.000	R\$ 0,13	R\$ 1.950,00
114	Bromazepam 6mg	Comp	17.000	R\$ 0,19	R\$ 3.230,00
115	Biperideno 2mg	Comp	30.000	R\$ 0,29	R\$ 8.700,00
116	Bupropiona 150mg	Comp	10.000	R\$ 0,43	R\$ 4.300,00
117	Carbamazepina 200mg	Comp	90.000	R\$ 0,25	R\$ 22.500,00
118	Carbamazepina 400mg	Comp	50.000	R\$ 0,65	R\$ 32.500,00
119	Carbamazepina 20mg/mL susp. oral frasco 100mL	Frasco	1.000	R\$ 10,87	R\$ 10.870,00
120	Carbonato de lítio 300mg	Comp	65.000	R\$ 0,24	R\$ 15.600,00
121	Clonazepam 2,5mg/mL solução oral gotas frasco 20mL	Frasco	5.000	R\$ 2,52	R\$ 12.600,00
122	Clonazepam 0,5mg	Comp	20.000	R\$ 0,08	R\$ 1.600,00
123	Clonazepam 2mg	Comp	110.000	R\$ 0,07	R\$ 7.700,00
124	Clorpromazina 25mg	Comp	30.000	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00
125	Clorpromazina 100mg	Comp	50.000	R\$ 0,43	R\$ 21.500,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

126	Clorpromazina 40mg/mL solução oral gotas frasco 20mL	Frasco	800	R\$ 7,34	R\$ 5.872,00
127	Diazepam 5mg	Comp	20.000	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00
128	Diazepam 10mg	Comp	100.000	R\$ 0,07	R\$ 7.000,00
129	Escitalopram 10mg	Comp	60.000	R\$ 0,20	R\$ 12.000,00
130	Escitalopram 20mg	Comp	50.000	R\$ 0,83	R\$ 41.500,00
131	Fenitoína 100mg	Comp	50.000	R\$ 0,19	R\$ 9.500,00
132	Fenobarbital 100 mg	Comp	65.000	R\$ 0,21	R\$ 13.650,00
133	Fenobarbital 40mg/ml	Frasco	300	R\$ 4,99	R\$ 1.497,00
134	Fluoxetina 20 mg	Comp	120.000	R\$ 0,09	R\$ 10.800,00
135	Haloperidol decanoato 50mg/mL solução injetável 1mL	Ampola	700	R\$ 6,00	R\$ 4.200,00
136	Haloperidol 5mg	Comp	80.000	R\$ 0,20	R\$ 16.000,00
137	Nortriptilina 25mg	Comp	3.000	R\$ 0,32	R\$ 960,00
138	Lamotrigina 50mg	Comp	10.000	R\$ 0,20	R\$ 2.000,00
139	Lamotrigina 100mg	Comp	15.000	R\$ 0,48	R\$ 7.200,00
140	Levomepromazina 25mg	Comp	40.000	R\$ 0,66	R\$ 26.400,00
141	Levomepromazina 100mg	Comp	60.000	R\$ 0,82	R\$ 49.200,00
142	Periciazina 40mg/mL solução oral gotas frasco 20ml	Frasco	1.000	R\$ 22,44	R\$ 22.440,00
143	Quetiapina 25mg	Comp	30.000	R\$ 0,20	R\$ 6.000,00
144	Quetiapina 100mg	Comp	30.000	R\$ 0,58	R\$ 17.400,00
145	Oxcarbamazepina 300mg	Comp	20.000	R\$ 1,12	R\$ 22.400,00
146	Oxcarbamazepina 600mg	Comp	18.000	R\$ 1,66	R\$ 29.880,00
147	Oxcarbamazepina 60mg/ml susp. oral frasco 100ml	Frasco	200	R\$ 46,79	R\$ 9.358,00
148	Olanzapina 5mg	Comp	15.000	R\$ 0,41	R\$ 6.150,00
149	Olanzapina 10mg	Comp	17.000	R\$ 0,54	R\$ 9.180,00
150	Prometazina 25mg	Comp	100.000	R\$ 0,21	R\$ 21.000,00
151	Paroxetina 20mg	Comp	60.000	R\$ 0,25	R\$ 15.000,00
152	Risperidona 1mg	Comp	50.000	R\$ 0,13	R\$ 6.500,00
153	Risperidona 2mg	Comp	65.000	R\$ 0,14	R\$ 9.100,00
154	Risperidona 3mg	Comp	15.000	R\$ 0,21	R\$ 3.150,00
155	Risperidona 1mg/mL solução oral frasco 30mL (COTA RESERVADA PARA AMPLA CONCORRÊNCIA)	Frasco	11.250	R\$ 11,47	R\$ 129.037,50
156	Risperidona 1mg/mL solução oral frasco 30mL (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	Frasco	3.750	R\$ 11,47	R\$ 43.012,50
157	Sertralina 50mg	Comp	90.000	R\$ 0,15	R\$ 13.500,00
158	Topiramato 100 mg	Comp	15.000	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
159	Zolpiden 10mg	Comp	10.000	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
160	Acido ascórbico 500mg/5ml 5 ml	Amp	800	R\$ 1,06	R\$ 848,00
161	Água Bidestilada 10 ml	Amp	1.200	R\$ 0,26	R\$ 312,00
162	Ácidos graxos Essenciais+Vit A=Vit E 200ml	Frasco	1.000	R\$ 6,69	R\$ 6.690,00
163	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI 4ml	Fa	1200	R\$ 6,79	R\$ 8.148,00
164	Bromoprida 5mg/ml 2 ml	Amp	400	R\$ 1,78	R\$ 712,00
165	Complexo B 2ml	Amp	800	R\$ 1,18	R\$ 944,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

166	Dexametasona 4 mg/ml 2,5ml	Amp	1.200	R\$ 1,48	R\$ 1.776,00
167	Dexametasona 2 mg/ml 1ml	Amp	400	R\$ 1,10	R\$ 440,00
168	Diazepam 5 mg/ml 2 ml	Amp	300	R\$ 1,28	R\$ 384,00
169	Diclofenaco de sódio 75 mg/3 ml 3ml	Amp	800	R\$ 1,11	R\$ 888,00
170	Dipirona 500 mg/ml 5ml	Amp	1.200	R\$ 1,16	R\$ 1.392,00
171	Escopolamina + dipirona composta 5ml	Amp	300	R\$ 1,77	R\$ 531,00
172	Escopolamina simples 10ml	Amp	200	R\$ 0,69	R\$ 138,00
173	Kollagenase 30g	Bisnaga	3.000	R\$ 15,09	R\$ 45.270,00
174	Lidocaina 2 % 30g	Bisnaga	2.000	R\$ 6,05	R\$ 12.100,00
175	Lidocaína 2% s/vaso 20ml	FA	300	R\$ 4,54	R\$ 1.362,00
176	Metoclopramida 10 mg/ml 2ml	Amp	400	R\$ 0,73	R\$ 292,00
177	Soro Fisiológico 0,9 % 500 ml	Bolsa	5.500	R\$ 5,25	R\$ 28.875,00
178	Soro Fisiológico 0,9 % 250 ml	Bolsa	4.000	R\$ 3,88	R\$ 15.520,00
179	Soro Fisiológico 0,9 % 100 ml	Bolsa	2.000	R\$ 3,42	R\$ 6.840,00
180	Soro Glicofisiológico 500 ml	Bolsa	120	R\$ 5,46	R\$ 655,20
181	Soro Glicosado 5% 500ml	Bolsa	120	R\$ 5,69	R\$ 682,80
182	Soro Ringer com lactado 500ml	Bolsa	300	R\$ 6,61	R\$ 1.983,00
183	Sulfadiazina de prata 1% 400g	Pote	300	R\$ 34,36	R\$ 10.308,00
184	Sulfadiazina de prata 1% 30g	Bisnaga	3000	R\$ 4,60	R\$ 13.800,00
185	Vaselina líquida 1 litro	Líquido	20	R\$ 31,37	R\$ 627,40
186	Carbonato de cálcio 1250mg	Comp	150000	R\$ 0,05	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 2.268.626,40	
METOLOGIA DE PESQUISA: NA COTAÇÃO FOI UTILIZADA A MÉDIA AJUSTADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), DE PREÇOS VENCEDORES HOMOLOGADOS. A MODALIDADE DE BASE DA PESQUISA FOI PREGÃO ELETRÔNICO.					

Valor Total do Certame: R\$ 2.268.626,40 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais, e quarenta centavos).

MEDICAMENTOS DE USO COMUM REGULAMENTADA PELO DECRETO 79.094, DE 05/01/77

1	Ácido acetilsalicílico 100mg	Comp	300 000	R\$ 0,05	R\$ 15 000,00
2	Ácido fólico 5mg	Comp	90 000	R\$ 0,05	R\$ 4 500,00
3	Aciclovir 200mg	Comp	3 000	R\$ 0,26	R\$ 780,00
4	Aciclovir 50mg/g creme 10g	Bisnaga	500	R\$ 3,08	R\$ 1 540,00
5	Albendazol 400mg comprimido mastigável	Comp	3 000	R\$ 0,48	R\$ 1 440,00
6	Albendazol suspensão oral 40mg/mL 10mL	Frasco	3 000	R\$ 1,53	R\$ 4 590,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

7	Alendronato de sódio 70mg	Comp	1 200	R\$ 0,34	R\$ 408,00
8	Ambroxol 15mg/mL xarope 100mL	Frasco	8 000	R\$ 2,57	R\$ 20 560,00
9	Ambroxol 30 mg/mL xarope 100mL	Frasco	8 000	R\$ 3,08	R\$ 24 640,00
10	Amoxicilina 500mg	Comp	31 500	R\$ 0,38	R\$ 11 970,00
11	Amoxicilina pó para suspensão oral 50 mg/ml 150mL	Frasco	5 000	R\$ 6,27	R\$ 31 350,00
12	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50mg + 12,5 mg/mL 60mL	Frasco	200	R\$ 22,02	R\$ 4 404,00
13	Ampicilina 500mg	Comp	1 000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
14	Anlodipino 5mg	Comp	110 000	R\$ 0,06	R\$ 6 600,00
15	Anlodipino 10mg	Comp	200 000	R\$ 0,08	R\$ 16 000,00
16	Alopurinol 100mg	Comp	3 000	R\$ 0,20	R\$ 600,00
17	Amiodarona 200mg	Comp	2400	R\$ 0,41	R\$ 984,00
18	Atenolol 25mg	Comp	70 000	R\$ 0,06	R\$ 4 200,00
19	Atenolol 50mg	Comp	70 000	R\$ 0,07	R\$ 4 900,00
20	Atenolol 100mg	Comp	18 000	R\$ 0,17	R\$ 3 060,00
21	Azitromicina 500mg	Comp	12 000	R\$ 1,11	R\$ 13 320,00
22	Azitromicina pó para susp. oral 40mg/mL 22,4mL	Frasco	2 000	R\$ 8,46	R\$ 16 920,00
23	Benzoilmetronidazol susp. oral 40mg/mL 100mL	Frasco	1 200	R\$ 7,58	R\$ 9 096,00
24	Benzoato de benzila 250mg/mL emulsão tópica 60mL	Frasco	1 000	R\$ 5,84	R\$ 5 840,00
25	Captopril 25mg	Comp	200 000	R\$ 0,07	R\$ 14 000,00
26	Carvedilol 3,125mg	Comp	10 000	R\$ 0,11	R\$ 1 100,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

27	Carvedilol 6,25mg	Comp	10 000	R\$ 0,11	R\$ 1 100,00
28	Carvedilol 12,5mg	Comp	30 000	R\$ 0,13	R\$ 3 900,00
29	Carvedilol 25mg	Comp	20 000	R\$ 0,18	R\$ 3 600,00
30	Cefalexina 500mg	Comp	30 000	R\$ 0,98	R\$ 29 400,00
31	Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/5mL 60mL	Frasco	5 000	R\$ 11,46	R\$ 57 300,00
32	Cetoconazol 20mg/g creme 30g	Bisnaga	600	R\$ 4,37	R\$ 2 622,00
33	Ciprofloxacino 500mg	Comp	18 000	R\$ 0,30	R\$ 5 400,00
34	Dexametasona 0,1% creme 10g	Bisnaga	7 000	R\$ 2,14	R\$ 14 980,00
35	Dexametasona 0,1g/mL elixir 100mL	Frasco	8 000	R\$ 2,66	R\$ 21 280,00
36	Dexclorfeniramina 2mg	Comp	4 000	R\$ 0,07	R\$ 280,00
37	Dexclorfeniramina 0,4mg/mL solução oral 100mL	Frasco	5 000	R\$ 2,30	R\$ 11 500,00
38	Digoxina 0,25mg	Comp	10 000	R\$ 0,21	R\$ 2 100,00
39	Diclofenaco de potássio 50mg	Comp	30 000	R\$ 0,10	R\$ 3 000,00
40	Dipirona 500mg	Comp	100 000	R\$ 0,16	R\$ 16 000,00
41	Dipirona 500 mg/mL solução oral 10mL	Frasco	40 000	R\$ 1,96	R\$ 78 400,00
42	Enalapril 5mg	Comp	60 000	R\$ 0,07	R\$ 4 200,00
43	Enalapril 10mg	Comp	100 000	R\$ 0,06	R\$ 6 000,00
44	Enalapril 20mg	Comp	140 000	R\$ 0,07	R\$ 9 800,00
45	Espironolactona 100	Comp	4 000	R\$ 0,69	R\$ 2 760,00
46	Espironolactona 25mg	Comp	100 000	R\$ 0,22	R\$ 22 000,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

47	Espironolactona 50mg	Comp	10 000	R\$ 0,40	R\$ 4 000,00
48	Etinilestradiol 0,03mg + levonorgestrel 0,15mg	Comp	30 000	R\$ 0,12	R\$ 3 600,00
49	Enantato de noretisterona + valerato de estradiol 50+5mg/1mL	Ampola	800	R\$ 11,78	R\$ 9 424,00
50	Escopolamina, butilbrometo + dipirona sódica 6,67mg + 333mg/mL solução oral 20mL	Frasco	2 000	R\$ 6,46	R\$ 12 920,00
51	Fluconazol 150mg	Cáps	6 000	R\$ 0,55	R\$ 3 300,00
52	Furosemida 40mg	Comp	150 000	R\$ 0,06	R\$ 9 000,00
53	Glibenclamida 5mg	Comp	400 000	R\$ 0,06	R\$ 24 000,00
54	Hidroclorotiazida 25mg	Comp	350 000	R\$ 0,04	R\$ 14 000,00
55	Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL susp. oral frasco 100mL	Frasco	3 000	R\$ 3,26	R\$ 9 780,00
56	Ibuprofeno 600mg	Comp	70 000	R\$ 0,26	R\$ 18 200,00
57	Ibuprofeno 50mg/mL suspensão oral frasco 30mL	Frasco	8 000	R\$ 2,94	R\$ 23 520,00
58	Losartana 50mg	Comp	800 000	R\$ 0,08	R\$ 64 000,00
59	Loratadina 10mg	Comp	4 000	R\$ 0,10	R\$ 400,00
60	Loratadina 1mg/mL xarope frasco 100mL	Frasco	4 000	R\$ 3,61	R\$ 14 440,00
61	Mebendazol 100mg	Comp	4 000	R\$ 0,30	R\$ 1 200,00
62	Mebendazol 20mg/mL suspensão oral frasco 30mL	Frasco	2 000	R\$ 2,12	R\$ 4 240,00
63	Metformina 500mg	Comp	250 000	R\$ 0,18	R\$ 45 000,00
64	Metformina 850mg	Comp	800 000	R\$ 0,18	R\$ 144 000,00
65	Metildopa 250 mg	Comp	10 000	R\$ 0,52	R\$ 5 200,00
66	Metildopa 500mg	Comp	5 000	R\$ 1,15	R\$ 5 750,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

67	Metoclopramida 10mg	Comp	3 000	R\$ 0,10	R\$ 300,00
68	Metoclopramida 4mg/mL solução oral frasco 20mL	Frasco	2 500	R\$ 2,20	R\$ 5 500,00
69	Metronidazol 250mg	Comp	8 000	R\$ 0,21	R\$ 1 680,00
70	Metronidazol 400mg	Comp	10 000	R\$ 0,30	R\$ 3 000,00
71	Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50g com aplicador	Bisnaga	7 000	R\$ 6,30	R\$ 44 100,00
72	Medroxiprogesterona 150mg/mL susp. injetável 1ml	Ampola	100	R\$ 10,32	R\$ 1 032,00
73	Miconazol 20mg/g creme vaginal 80g	Bisnaga	7 000	R\$ 7,98	R\$ 55 860,00
74	Neomicina 5mg + bacitracina 250UI/g pomada 15g	Bisnaga	7 000	R\$ 2,69	R\$ 18 830,00
75	Nistatina 25.000 UI/G creme vaginal 60g	Bisnaga	7 000	R\$ 7,10	R\$ 49 700,00
76	Nistatina 100.000 UI/mL suspensão oral frasco 50mL	Frasco	3 000	R\$ 6,05	R\$ 18 150,00
77	Nimesulida 100mg	Comp	10 000	R\$ 0,11	R\$ 1 100,00
78	Nitrofurantoína 100mg	Comp	5 000	R\$ 0,29	R\$ 1 450,00
79	Nifedipino 20mg	Comp	3 500	R\$ 0,14	R\$ 490,00
80	Noretisterona 0,35 mg	Comp	15 000	R\$ 0,22	R\$ 3 300,00
81	Omeprazol 20 mg	Comp	80 000	R\$ 0,09	R\$ 7 200,00
82	Óleo Mineral 100% frasco 100mL	Frasco	1 200	R\$ 3,23	R\$ 3 876,00
83	Paracetamol 200mg/mL solução oral frasco 10mL	Frasco	12 000	R\$ 1,79	R\$ 21 480,00
84	Paracetamol 500mg	Comp	120 000	R\$ 0,10	R\$ 12 000,00
85	Prednisolona 1mg/mL solução oral frasco 100mL	Frasco	500	R\$ 8,08	R\$ 4 040,00
86	Prednisona 5mg	Comp	3 000	R\$ 0,08	R\$ 240,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

87	Prednisona 20mg	Comp	8 000	R\$ 0,23	R\$ 1 840,00
88	Propranolol 40mg	Comp	90 000	R\$ 0,09	R\$ 8 100,00
89	Polivitamínico do complexo B solução oral frasco 100mL	Frasco	5 000	R\$ 3,01	R\$ 15 050,00
90	Sais para reidratação oral sachê 27,9g	Sachê	4 000	R\$ 1,18	R\$ 4 720,00
91	Salbutamol 2,4mg/5mL xarope frasco 120mL	Frasco	600	R\$ 2,29	R\$ 1 374,00
92	Sinvastatina 20mg	Comp	80 000	R\$ 0,12	R\$ 9 600,00
93	Sinvastatina 40mg	Comp	100 000	R\$ 0,15	R\$ 15 000,00
94	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg	Comp	20 000	R\$ 0,20	R\$ 4 000,00
95	Sulfametoxazol + trimetoprima Suspensão oral 40mg + 8mg/mL frasco 100mL	Frasco	4 000	R\$ 5,47	R\$ 21 880,00
96	Sulfato ferroso 40mg	Comp	100 000	R\$ 0,07	R\$ 7 000,00
97	Sulfato ferroso 5mg/mL xarope frasco 60mL	Frasco	1 000	R\$ 3,26	R\$ 3 260,00
98	Sulfato ferroso 25 g/mL solução oral frasco 30mL	Frasco	1 000	R\$ 1,43	R\$ 1 430,00
99	Simeticona 40mg	Comp	10 000	R\$ 0,12	R\$ 1 200,00
100	Simeticona 75mg/mL emulsão oral 10mL	Frasco	1 500	R\$ 2,14	R\$ 3 210,00
101	Timolol 0,5% solução oftálmica frasco 10mL	Frasco	100	R\$ 3,17	R\$ 317,00
102	Vitamina C (ácido ascórbico) 500mg	Comp	20 000	R\$ 0,18	R\$ 3 600,00
103	Vitamina C (ácido ascórbico) 200mg/mL solução oral frasco 20mL	Frasco	4 000	R\$ 1,64	R\$ 6 560,00
158	Acido ascórbico 500mg/5ml 5 ml	Amp	800	R\$ 1,06	R\$ 848,00
159	Água Bidestilada 10 ml	Amp	1 200	R\$ 0,26	R\$ 312,00
160	Ácidos graxos Essenciais+Vit A=Vit E 200ml	Frasco	1 000	R\$ 6,69	R\$ 6 690,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

161	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI 4ml	Fa	1200	R\$ 6,79	R\$ 8 148,00
162	Bromoprida 5mg/ml 2 ml	Amp	400	R\$ 1,78	R\$ 712,00
163	Complexo B 2ml	Amp	800	R\$ 1,18	R\$ 944,00
164	Dexametasona 4 mg/ml 2,5ml	Amp	1 200	R\$ 1,48	R\$ 1 776,00
165	Dexametasona 2 mg/ml 1ml	Amp	400	R\$ 1,10	R\$ 440,00
167	Diclofenaco de sódio 75 mg/3 ml 3ml	Amp	800	R\$ 1,11	R\$ 888,00
168	Dipirona 500 mg/ml 5ml	Amp	1 200	R\$ 1,16	R\$ 1 392,00
169	Escopolamina + dipirona composta 5ml	Amp	300	R\$ 1,77	R\$ 531,00
170	Escopolamina simples 10ml	Amp	200	R\$ 0,69	R\$ 138,00
171	Kollagenase 30g	Bisnaga	3 000	R\$ 15,09	R\$ 45 270,00
172	Lidocaina 2 % 30g	Bisnaga	2 000	R\$ 6,05	R\$ 12 100,00
173	Lidocaína 2% s/vaso 20ml	FA	300	R\$ 4,54	R\$ 1 362,00
174	Metoclopramida 10 mg/ml 2ml	Amp	400	R\$ 0,73	R\$ 292,00
175	Soro Fisiológico 0,9 % 500 ml	Bolsa	5 500	R\$ 5,25	R\$ 28 875,00
176	Soro Fisiológico 0,9 % 250 ml	Bolsa	4 000	R\$ 3,88	R\$ 15 520,00
177	Soro Fisiológico 0,9 % 100 ml	Bolsa	2 000	R\$ 3,42	R\$ 6 840,00
178	Soro Glicofisiológico 500 ml	Bolsa	120	R\$ 5,46	R\$ 655,20
179	Soro Glicosado 5% 500ml	Bolsa	120	R\$ 5,69	R\$ 682,80
180	Soro Ringer com lactado 500ml	Bolsa	300	R\$ 6,61	R\$ 1 983,00
181	Sulfadiazina de prata 1% 400g	Pote	300	R\$ 34,36	R\$ 10 308,00



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

182	Sulfadiazina de prata 1% 30g	Bisnaga	3000	R\$ 4,60	R\$ 13 800,00
183	Vaselina líquida 1 litro	Líquido	20	R\$ 31,37	R\$ 627,40
184	Carbonato de cálcio 1250mg	Comp	150000	R\$ 0,05	R\$ 7 500,00

MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 6.360, DE 26/09/76

104	Ácido valproico 250mg	Cáps	34 000	R\$ 0,38	R\$ 12 920,00
105	Ácido valproico 500mg	Comp	25 000	R\$ 0,63	R\$ 15 750,00
106	Amitriptilina 25mg	Comp	120 000	R\$ 0,07	R\$ 8 400,00
107	Ácido valproico 50mg/mL xarope frasco 100mL	Frasco	600	R\$ 7,59	R\$ 4 554,00
108	Alprazolam 0,5mg	Comp	40 000	R\$ 0,09	R\$ 3 600,00
109	Alprazolam 1mg	Comp	35 000	R\$ 0,09	R\$ 3 150,00
110	Alprazolam 2mg	Comp	55 000	R\$ 0,23	R\$ 12 650,00
111	Amantadina 100mg	Comp	7 000	R\$ 1,08	R\$ 7 560,00
112	Bromazepam 3mg	Comp	15 000	R\$ 0,13	R\$ 1 950,00
113	Bromazepam 6mg	Comp	17 000	R\$ 0,19	R\$ 3 230,00
114	Biperideno 2mg	Comp	30 000	R\$ 0,29	R\$ 8 700,00
115	Bupropiona 150mg	Comp	10 000	R\$ 0,43	R\$ 4 300,00
116	Carbamazepina 200mg	Comp	90 000	R\$ 0,25	R\$ 22 500,00
117	Carbamazepina 400mg	Comp	50 000	R\$ 0,65	R\$ 32 500,00
118	Carbamazepina 20mg/mL susp. oral frasco 100mL	Frasco	1 000	R\$ 10,87	R\$ 10 870,00
119	Carbonato de lítio 300mg	Comp	65 000	R\$ 0,24	R\$ 15 600,00
120	Clonazepam 2,5mg/mL solução oral gotas frasco 20mL	Frasco	5 000	R\$ 2,52	R\$ 12 600,00
121	Clonazepam 0,5mg	Comp	20 000	R\$ 0,08	R\$ 1 600,00
122	Clonazepam 2mg	Comp	110 000	R\$ 0,07	R\$ 7 700,00
123	Clorpromazina 25mg	Comp	30 000	R\$ 0,34	R\$ 10 200,00
124	Clorpromazina 100mg	Comp	50 000	R\$ 0,43	R\$ 21 500,00
125	Clorpromazina 40mg/mL solução oral gotas frasco 20mL	Frasco	800	R\$ 7,34	R\$ 5 872,00
126	Diazepam 5mg	Comp	20 000	R\$ 0,06	R\$ 1 200,00
127	Diazepam 10mg	Comp	100 000	R\$ 0,07	R\$ 7 000,00
128	Escitalopram 10mg	Comp	60 000	R\$ 0,20	R\$ 12 000,00
129	Escitalopram 20mg	Comp	50 000	R\$ 0,83	R\$ 41 500,00
130	Fenitoína 100mg	Comp	50 000	R\$ 0,19	R\$ 9 500,00



131	Fenobarbital 100 mg	Comp	65 000	R\$ 0,21	R\$ 13 650,00
132	Fenobarbital 40mg/ml	Frasco	300	R\$ 4,99	R\$ 1 497,00
133	Fluoxetina 20 mg	Comp	120 000	R\$ 0,09	R\$ 10 800,00
134	Haloperidol decanoato 50mg/mL solução injetável 1mL	Ampola	700	R\$ 6,00	R\$ 4 200,00
135	Haloperidol 5mg	Comp	80 000	R\$ 0,20	R\$ 16 000,00
136	Nortriptilina 25mg	Comp	3 000	R\$ 0,32	R\$ 960,00
137	Lamotrigina 50mg	Comp	10 000	R\$ 0,20	R\$ 2 000,00
138	Lamotrigina 100mg	Comp	15 000	R\$ 0,48	R\$ 7 200,00
139	Levomepromazina 25mg	Comp	40 000	R\$ 0,66	R\$ 26 400,00
140	Levomepromazina 100mg	Comp	60 000	R\$ 0,82	R\$ 49 200,00
141	Periciazina 40mg/mL solução oral gotas frasco 20ml	Frasco	1 000	R\$ 22,44	R\$ 22 440,00
142	Quetiapina 25mg	Comp	30 000	R\$ 0,20	R\$ 6 000,00
143	Quetiapina 100mg	Comp	30 000	R\$ 0,58	R\$ 17 400,00
144	Oxcarbamazepina 300mg	Comp	20 000	R\$ 1,12	R\$ 22 400,00
145	Oxcarbamazepina 600mg	Comp	18 000	R\$ 1,66	R\$ 29 880,00
146	Oxcarbamazepina 60mg/ml susp. oral frasco 100ml	Frasco	200	R\$ 46,79	R\$ 9 358,00
147	Olanzapina 5mg	Comp	15 000	R\$ 0,41	R\$ 6 150,00
148	Olanzapina 10mg	Comp	17 000	R\$ 0,54	R\$ 9 180,00
149	Prometazina 25mg	Comp	100 000	R\$ 0,21	R\$ 21 000,00
150	Paroxetina 20mg	Comp	60 000	R\$ 0,25	R\$ 15 000,00
151	Risperidona 1mg	Comp	50 000	R\$ 0,13	R\$ 6 500,00
152	Risperidona 2mg	Comp	65 000	R\$ 0,14	R\$ 9 100,00
153	Risperidona 3mg	Comp	15 000	R\$ 0,21	R\$ 3 150,00
154	Risperidona 1mg/mL solução oral frasco 30mL	Frasco	15 000	R\$ 11,47	R\$ 172 050,00
155	Sertralina 50mg	Comp	90 000	R\$ 0,15	R\$ 13 500,00
156	Topiramato 100 mg	Comp	15 000	R\$ 0,81	R\$ 12 150,00
157	Zolpiden 10mg	Comp	10 000	R\$ 0,21	R\$ 2 100,00
166	Diazepam 5 mg/ml 2 ml	Amp	300	R\$ 1,28	R\$ 384,00

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 O objeto deste Termo de Referência está enquadrado na classificação de BENS COMUNS.
- 6.2 A classificação de bens comuns justifica-se, neste caso, por serem materiais de fácil acesso e cujas especificações são usualmente e amplamente encontradas no mercado;
- 6.3 Em tempo, salientamos que os preços dos materiais e insumos, descritos no Termo de Referência tiveram por base a média de preços aplicados por empresas do ramo do objeto, bem como o Banco de Preços e painel de preços, bem como ata de registro de preços de outros municípios q tiveram o mesmo objeto, gerando estimativas máximas equivalentes e satisfatoriamente aqui aplicáveis.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

- 6.4 Os produtos devem ser apresentados obrigatoriamente nas embalagens usuais, indicando quantidade, prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega com marca do produto. Em tempo, vale ressaltar que os produtos serão aceitos conforme compatibilidade com sua fórmula/composto indicado nesse termo de referência.

7. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1 A aquisição dos produtos será iniciada em remessa única ou parcelada, entregue na **Av. Inês Rolim, nº 305, Bairro Lajes - Ibimirim/PE**. No horário das 8 às 14h.
- 7.2 No Prazo máximo de até 10 (dez) dias a contar da data de recebimento da solicitação (Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho).

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 8.1 As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura. O objeto dessa licitação será recebido ainda:
- 8.1.1 – Provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias** para posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante recibo expedido pelo Secretário demandante ou funcionário habilitado.
- 8.1.2 – Definitivamente, em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento provisório para a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação pela Secretaria de Saúde demandante mediante atesto na Nota Fiscal/Fatura.
- 8.2 Os produtos entregues em desacordo com a proposta de preços serão devolvidos a fornecedora, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para efetuar a troca.
- 8.3 À entrega deverá seguir à risca o pedido prévio em descrição e quantidade, todos os medicamentos, materiais e insumos de saúde conferidos com liberação do responsável autorizado pela Administração.
- 8.4 Caso algum dos produtos entregue apresente alguma avaria em suas embalagens ou então seja detectado algum problema que possa impedir o uso de tais produtos no decorrer do prazo de validade, o fornecedor deverá efetuar a troca dos mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal de Saúde de Ibimirim.

9. PRAZO DE VALIDADE

- 8.1. Os produtos devem apresentar validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos produtos. De acordo com a resolução TCE/PE nº 249, de 7 de agosto de 2024, em seu Art. 11, inciso IV.

10. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

- 10.1.1 O licitante melhor classificado na etapa de lances **DEVERÁ** apresentar os seguintes documentos acostado a proposta reajustada, no prazo de 03 (três) horas **(PARA OS ITENS COMUNS de acordo com o decreto nº 79.094, de 05/01/77 estão citados de 1 a 103 e 158 a 165 e 167 a 184. Já os medicamentos controlados de acordo com Lei federal nº 6.360, de 26/09/76 do item 104 a 157 e o item 166)**.
- 10.1.2 Certificado de Registro dos Medicamentos ou Produto, emitidos pelo Ministério da Saúde ou sua Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme (Lei Federal nº 6.360, de 26/09/76, regulamentada pelo decreto 79.094, de 05/01/77), válida na data do certame;
- 10.1.3 Para os Produtos isentos de Registro no Ministério da Saúde, apresentar o Certificado de Isenção de Registro também emitido pelo ANVISA/MS ou Certificado de Cadastro na ANVISA/MS, conforme o caso (Lei Federal nº 6.360, de 26/09/76, regulamentada pelo decreto 79.094, de 05/01/77), com prazo de validade em vigor;
- 10.1.4 O Registro no Ministério da Saúde - MS/ANVISA poderá ser comprovado, também, através de cópias da publicação completa no Diário Oficial da União (D.O.U), com despacho da concessão do registro referente ao produto ofertado, ou declaração de dispensa emitido pela ANVISA/MS.
- 10.1.5 Em caso de registro (s) que eventualmente esteja (m) vencido (s), o licitante deverá apresentar cópia do Certificado de Registro acompanhado do Protocolo de Renovação de Registros dos Produtos.
- 10.1.6 **Certificado de Regularidade Técnica**, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, do local onde se situa a sede da empresa e vigente na data do certame.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

10.1.7 Licença ou Alvará de Funcionamento Sanitário – Estadual ou Municipal, válido na data marcada para a abertura do processo, fornecida pela Vigilância Sanitária do local onde se situa a sede da empresa.

10.1.8 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), da empresa participante da licitação, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde. Comprovado por cópia autenticada da AFE ou cópia autenticada de sua publicação no D.O.U.

10.1.9 Autorização Especial (AE), para os casos de produtos que constam da Portaria 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, o licitante do produto de controle especial (psicofarmos, teratogênicos autorizados, retinóicos, entre outros) deve apresentar cópia autenticada da Autorização Especial (AE) concedida pela ANVISA. Conforme a Portaria sobredita ou cópia autenticada de sua publicação no D.O.U.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido satisfatoriamente, no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos produtos arrematados compatíveis e pertinentes com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma que possa valer-se para manter contato com a empresa declarante. Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

12.2. Caso haja dúvida com relação à autenticidade da assinatura do atestado de capacidade técnica, o Pregoeiro fará diligência solicitando que seja solicitado o referido documento com reconhecimento de firma, de acordo com Acórdão nº 291/2014.

12.3. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1A despesa para eventual aquisição do objeto licitado correrá por conta das dotações orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual 2025, conforme necessidade da Secretaria de Saúde: Programa:

12.2 Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação ocorrerão por conta dos órgãos e entidades, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 DA CONTRATADA

14.1.1 Executar de acordo com a sua proposta, normas legais, edital e cláusulas contratuais/Ata de Registro de Preços, o fornecimento pactuado, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos.

14.1.2 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

14.1.3 Prestar à ADMINISTRAÇÃO todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento da fornecedora.

14.1.4 O FORNECEDOR deverá entregar os materiais de acordo com a solicitação formalizada pelo município de Ibimirim - PE.

14.1.5 Os produtos a serem entregues deverão ser de 1ª qualidade e de acordo com as especificações do termo de referência, estando sujeitos a devolução.

15.1.5. Prazo de validade: Os materiais odontológicos deverão ser entregues com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data emitida pela nota fiscal de entrega do produto.

15.1.6. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado neste termo de referência, em estrita observância às especificações constantes no mesmo, acompanhado do recibo de entrega e da nota fiscal, devendo ainda indicar detalhadamente o fabricante, a marca e o prazo de validade na nota fiscal.

15.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega dos produtos de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.1.8. Atender prontamente a quaisquer exigências desta Secretaria, inerentes ao objeto do



presente termo de referência;

15.1.9. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

15.1.11. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

15.1.12. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

14.2 DO CONTRATANTE

14.2.1 Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos produtos no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

14.2.2 Fiscalizar os pagamentos de acordo com o estabelecido neste termo de referência.

14.2.3 Receber provisoriamente os produtos.

14.2.4 Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.2.5 Acompanhar o gestor e fiscal para o cumprimento das obrigações da Contratada.

15. DO FISCAL DO CONTRATO

15.1 Define-se por **FISCAL DO CONTRATO** o servidor **Sr. JOÃO VICTOR G. L. CORDEIRO – CPF: 136.347.096-50, MAT. 230828, JADER DIEGO RAMALHO MAGALHÃES, CPF: 044.710.124-28, MAT. 2335.** para acompanhar e supervisionar a execução dos serviços nas diversas e diferentes frentes de trabalho (ACOMPANHAMENTO TÉCNICO), cabendo a este:

- a) Solicitar a execução dos serviços por meio do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA;
- b) Verificar a perfeita execução dos serviços, assim como solicitar ao Gestor do Contrato a aplicação de penalidades à CONTRATADA pelo cumprimento irregular ou descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- c) Atestar as notas Fiscais/Faturas emitidas para pagamento, após análise e aprovação dos documentos e relatórios;
- d) Notificar expressamente a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços solicitados a adoção das medidas corretivas necessárias;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- f) Solicitar o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no desempenho dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- g) Cobrar o cumprimento dos prazos de execução pelos estabelecimentos.

15.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a lei.

15.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO GESTOR DO CONTRATO

16.1 Define-se por **GESTOR DO CONTRATO** a servidora **WANDYLAN JHONNATHAS DO NASCIMENTO MONTEIRO, CPF 11671307402 – MAT. 230692,** formalmente designado, para



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

o acompanhamento, por meio de sistema próprio, da fiscalização deste Contrato, desde o início de contratação até o término de sua vigência, (ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO) competindo a este.

- a) Acompanhar, junto ao(s) Fiscal(s), o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato;
- b) Encaminhar a Nota Fiscal/Fatura atestada pelo(s) Fiscal(is) para o devido pagamento;
- c) Apoiar o(s) Fiscal(la) no controle e análise da documentação deste Contrato, mantendo o processo a que se refere atualizado, com todos os documentos necessários à sua regular instrução;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e) Aplicar as penalidades previstas de acordo com as informações prestadas pelo(s) Fiscal(is) e o estabelecido neste Contrato.

16.2 A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem as responsabilidades técnicas e gerenciais únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne a execução do objeto contratado.

16.3 A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE.

16.4 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes aos objetos deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.5 A CONTRATADA deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender prontamente às reclamações formuladas.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na notafiscal apresentada.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.5. Constatando-se, a existência de situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal.

16.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal.

16.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.12. Não haverá reajustamento de preços.

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a

CONTRATADA que:

18.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.4. Fraudar na execução do contrato;

18.5. Comportar-se de modo inidôneo;

18.6. Cometer fraude fiscal;

18.7. Não mantiver a proposta.

18.8. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sempre que a responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.9. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.10. Pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

18.11. Pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;

18.12. Pela demora em corrigir falha no produto, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;

18.13. Pela recusa em corrigir as falhas no produto, entendendo-se como recusa a falha ou defeito do produto nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;

18.14. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 14.133/21, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, por cada evento.

18.15. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.16. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.17. Suspensão de licitar e impedimento de contratar a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

18.18. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.19. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 156, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

18.20. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

19. UNIDADE FISCALIZADORA

19.1. Secretaria Municipal de Saúde.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão para Registros de Preços nº _____ e nos termos da Legislação pertinente;

20.2 O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

Ibimirim, 27 de maio de 2025.

Wellitânia de Melo Siqueira
Secretária Municipal de Saúde



1938

IBIMIRIM



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONFORME INCISO VI DO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, c/c pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz a partir de dezesseis anos, quando necessário.

Ressalva: emprega menor, a partir de 16 (dezesseis) anos, na condição de aprendiz (____).

Ibimirim, **** de ***** de 2025.

Assinatura

CPF



1938

IBIMIRIM



ANEXO IV

**DECLARAÇÕES
(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº em conformidade com o disposto no Art. 63º, I da Lei 14.133/2021, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INIDONEIDADE

Declara para os fins que a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº não está cumprindo pena de inidoneidade para licitar com a administração pública, em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, conforme determina o Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº sediada a, declara sob as penas da Lei que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Município de Ibimirim/PE ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº sediada a, declara sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada, declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE CUMPRE OS DIREITOS TRABALHISTAS

A Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada declara que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

A Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº sediada declara que no ano de realização da licitação (2025), ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Ibimirim, *** de **** de 2025.

Assinatura
CPF

1938

IBIMIRIM



ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/202X

CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXX QUE ENTRE SI
CELEBRAM DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE
IBIMIRIM**, ATRAVÉS DA **SECRETARIA
MUNICIPAL DE XXXXXXXXX**, E DO OUTRO LADO
A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.427.619/0001-30, com sede na Rua José Rafael de Freitas, nº 659, Lajes – Ibimirim (PE) – CEP. 56.580-000, representada neste ato pela Sr^a. **WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA**, brasileiro(a), estado civil, inscrito no CPF nº. xxxxxxxx e RG nº. xxxxxx, residente e domiciliado na XXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro, na qualidade de CONTRATADA, como será designada a seguir a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pela sua representante legal, _____, brasileiro, casado, inscrita no CPF/MF nº _____ e portadora da cédula de identidade RG nº _____, tem justo e contratado, nos termos e estipulações desta avença e das normas jurídicas incidentes, em especial a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, que mutuamente outorgam e aceitam, o seguinte.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Integram o presente contrato os seguintes documentos:

Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202x**, cujo objeto consiste no **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos para o programa remédio em casa, farmácia básica e medicamentos controlados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE.**

a) , estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento deste Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

10.303.1006.2086.0000 — Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica.
3.3.90.32.00 - Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PRAZO DE PAGAMENTO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O pagamento deverá ser efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação dos serviços relativos ao mês da competência da prestação dos serviços, e do recolhimento de todos os encargos e contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, bem como apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

3.4 O Atesto da Nota Fiscal/Fatura deverá observar o cumprimento dos Níveis de Serviços requeridos neste Termo de Referência e descritos no ADENDO A podendo ter valores descontados, caso seja constatado descumprimentos dos níveis e serviços previamente estabelecidos.

3.5 A gestão do Contrato ficará a cargo da Comissão Especial Designada.

3.6 O pagamento da disponibilização do sistema será feito após a entrega das licenças e validação pela Contratante.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibirimir - PE - CEP: 56-580-000

CLÁUSULA QUARTA- REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/05/2025.
- 4.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 4.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 4.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 4.9 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1 Os produtos/serviços deverão ser entregues conforme este Termo de Referência e seus anexos;
- 5.2 O recebimento definitivo não implicará em eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO GESTOR DE CONTRATO

6.1.1 DO GESTOR DE CONTRATO

- 6.1.1.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas constantes no instrumento contratual pactuado;
- 6.1.1.2 Acompanhar e fiscalizar as condições de execução do contrato de modo a fomentar seu cumprimento na estrita legalidade;
- 6.1.1.3 Registrar todas as ocorrências qualitativas e/ou quantitativas, informando ao Gestor do contrato sobre infrações e/ou discrepâncias que necessitem de ajustes no pacto para tomada de providências, quando o objeto não for cumprido ou não suprir a necessidade tendo como diapasão o Termo de Referência;
- 6.1.1.4 Efetuar a validação do módulo, notificando a contratada sobre possíveis inconsistências;
- 6.1.1.5 Avaliar os resultados/objetos entregues;
- 6.1.1.6 Atestar a Nota Fiscal e o relatório de prestação dos serviços (quantidade, modalidade de recebimento dos documentos, tarifas dos serviços e demais informações que se fizerem necessárias);
- 6.1.1.7 Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais;
- 6.1.1.8 Receber e examinar as críticas, sugestões e reclamações dos usuários;
- 6.1.1.9 Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização, levando ao conhecimento do poder público as irregularidades de que tenham conhecimento referentes ao serviço prestado;
- 6.1.1.10 Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 6.1.1.11 Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;
- 6.1.1.12 Acompanhar a evolução e tendência das demandas pelos serviços regulados, controlados e fiscalizados nas áreas delegadas a terceiros, públicos ou privados, visando identificar e antecipar necessidades de investimentos para expansão;
- 6.1.1.13 Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.
- 6.1.1.14 **Fiscal do Contrato NOME: Sr. JOÃO VICTOR G. L. CORDEIRO – CPF: 136.347.096-50, MAT. 230828, JADER DIEGO RAMALHO MAGALHÃES, CPF: 044.710.124-28, MAT. 2335.**



6.1.2 Define-se por GESTOR DO CONTRATO

- 6.1.2.1 Efetuar no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o fechamento da competência a validação do relatório mensal resultante da prestação dos serviços;
- 6.1.2.2 Controlar administrativamente os aspectos orçamentários e financeiros inerentes à execução contratual no intuito de que haja seu desdobramento de forma regular;
- 6.1.2.3 Atestar a Nota de Empenho;
- 6.1.2.4 Verificar as regularidades fiscais (Federal, Estadual e Municipal) e trabalhista da contratada;
- 6.1.2.5 Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e prazos, submetendo-os à autoridade competente;
- 6.1.2.6 Propor à autoridade competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato;
- 6.1.2.7 Administrar o processo de aplicação de penalidades regulamentares no edital do processo licitatório e pactuadas no contrato;
- 6.1.2.8 Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse da renovação e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;
- 6.1.2.9 Executar Justificativa Técnica e Estudo de Compatibilidade do Preço que ensejarão os ajustes e/ou renovação do contrato;
- 6.1.2.10 Informar à área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de modo promover acréscimos, supressões e/ou outras alterações no objeto do contrato.

Gestor do Contrato **NOME: WANDYLAN JHONNATHAS DO NASCIMENTO MONTEIRO, CPF**

11671307402 – MAT. 230692.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 7.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 7.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

7.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

7.2.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.2.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

7.2.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.2.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo o pregoeiro durante o certame;

8.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

- 8.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 8.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 8.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 8.1.2.4 deixar de apresentar o sistema para a prova de conceito;
- 8.1.2.5 apresentar proposta ou o sistema, na prova de conceito, em desacordo com as especificações do edital;
- 8.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 8.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 8.1.6 fraudar a licitação
- 8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 8.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 8.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 8.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 8.1.10 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 8.2 advertência; multa; impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 8.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (Dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 8.5 Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 8.6 Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 8.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 29.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 8.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.1.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. § 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

9.1.3.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

9.1.3.2 desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

9.1.3.3 alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

9.1.3.4 decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

9.1.3.5 caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.1.3.6 razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9.1.3.7 não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.1.4 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.1.5 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

9.1.6 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

9.1.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo

9.2 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES

10.1 É vedado à CONTRATADA:

10.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.1.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no jornal dos Municípios do Estado de Pernambuco - AMUPE (www.diariomunicipal.com.br/amupe) e no portal compras.gov.br nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a não implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Ibimirim, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à Contratada, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Ibimirim/PE, ____ de ____ de 2025.

XXXXXXXXXX
SECRETÁRIO DE XXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



1938

IBIMIRIM



ANEXO VI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A)....., com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº/202...**, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o XXXXXXX

3.2. **Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Só será admitida participação ou adesão à ata de registro de preços para o presente objeto, os órgãos da administração direta e indireta do Município de Ibimirim



5. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.9 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventuais alterações dos preços praticados no mercado em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que restem devidamente comprovadas as ocorrências bem como a variação dos preços praticados;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.5 No caso do item anterior, o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.6 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.7 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.8 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.4 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas



1938

IBIMIRIM